



RELATÓRIO DE PESQUISA SOBRE A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES (AS) DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Abril de 2003

CNE Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br



Departamento Intersindical
de Estatística e Estudos
Sócio-econômicos

CUT
BRASIL

Setor de Diversões Sul - Ed. Venâncio III - Salas 101/104 - Brasília-DF
Fones: 55 (61) 225-1003 - Fax: 55 (61) 225-2685
CGC: 00579136/0001-06 - Registro Sindical no Mtb livro 2 Folha 124
CEP: 70393-900 - Home Page: www.cnte.org.br -E-mail: cnte@cnte.org.br



INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é o resultado de mais uma iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) no sentido de contribuir concretamente para a melhoria da educação pública no país. Na condição de entidade sindical que reúne 30 entidades filiadas, de todos os estados, representativas de mais de 2,5 milhões professores e funcionários, temos legitimidade para interferir na formulação de políticas públicas que visem a alcançar esse objetivo, e procuramos fazê-lo em todas as frentes, não apenas na trabalhista. Por isso, desde 1996, agregamos um novo componente à nossa ação sindical, usando a pesquisa científica como instrumento técnico a ser potencializado em favor da intervenção político-educacional.

Este levantamento, sobre a situação dos trabalhadores da educação básica, encontra-se em sua primeira fase, na qual foram entrevistados 4.656 pessoas em dez estados, em todos os níveis e redes de ensino, a saber: Tocantins, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Paraná, Alagoas, Mato Grosso, Piauí, Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul. Os questionários, tabulados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), abordaram três grandes áreas de investigação: dados pessoais, dados funcionais e aspectos relacionados ao trabalho, lazer e saúde. É o cruzamento dessas informações que nos permite traçar hipóteses da situação dos educadores já que o levantamento, ao não cobrir o território nacional, não será usado como amostra conclusiva, embora corrobore a observação empírica da própria categoria sobre sua realidade.

Segundo o próprio Dieese "(...) as respostas obtidas se constituem em um conjunto de indicações sobre a categoria, que permite conhecer um universo de situações e opiniões que ocorrem entre os trabalhadores da Educação (...) os resultados obtidos, constituem-se, ainda assim, em um rico painel de informações que poderá orientar a ação sindical e mesmo a realização de novas pesquisas, com escopo mais abrangente."

A intenção da CNTE, portanto, é usar esses números como ponto de partida para discussão das necessidades dos trabalhadores em educação na medida em que a satisfação dessas demandas sejam parte da formulação de políticas públicas que assegurem ensino público, gratuito e de qualidade para todos em todas as etapas do aprendizado. A qualidade tem sido, sempre, um dos eixos de reivindicações da CNTE. Mas a busca pela excelência deve basear-se, não apenas em propostas políticas e ideológicas, mas em fundamentos científicos a fim de evitar o dogmatismo, inimigo de qualquer avanço, especialmente na educação.

O levantamento que ora entregamos é uma continuação de três outros, o livro "Educação: Carinho e Trabalho"; a pesquisa Retrato da Escola 1, sobre infra-estrutura; e a Retrato da Escola 2, a respeito das relação entre drogas e violência. Com a terceira edição da Retrato da Escola, mais uma vez, estamos embasando a discussão sobre a educação no Brasil e a luta por melhorá-la em bases empíricas e científicas. Acreditamos que a divulgação do nosso trabalho para o público em geral cumpre o papel de pôr o benefício científico da investigação a serviço da sociedade.

Diretoria da CNTE

DESTAQUES DA PESQUISA

A maioria dos educadores é...

Mulher

Está entre 25 e 59 anos, com predominância da faixa entre 40 a 59 anos

É casada ou tem companheiro

Vive em casa própria perto do centro da cidade

Segue uma religião

É sindicalizada

É simpatizante de algum partido político, mas não é filiada

Envolve-se pouco com movimentos sociais

Tem habilitação adequada ao cargo ou função que exerce

Trabalha na rede estadual

Já tem de 12 a 18 anos de serviço

Trabalha, em média, oito horas semanais em casa

Dedica de 11 a 20 horas semanais a trabalhos extras

Ocupa-se sozinha das tarefas domésticas

Cultiva o hábito da leitura, mas quase não vai ao teatro ou ao cinema

Não tem computador

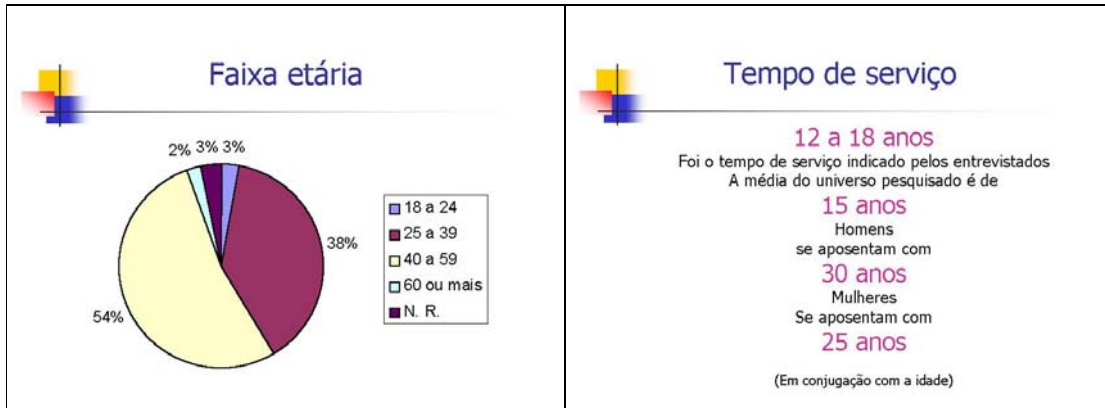
Quando tem, usa para fins profissionais

O acesso à internet ainda é muito restrito e igualmente limitado a fins profissionais

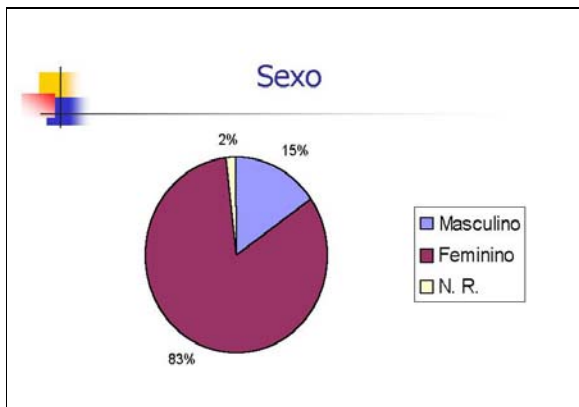
Análise dos Dados

A análise dos resultados apresentados pela pesquisa mostra que a educação brasileira caminha rapidamente para o colapso caso o governo não implemente políticas públicas que melhorem as condições de trabalho e existência da categoria a fim de atrair novos profissionais.

Conforme os números levantados nos dez estados abrangidos pela pesquisa Retrato da Escola 3 - que correspondem a uma base de 737.170 pessoas, o equivalente a 30% do total nacional de 2,5 milhões - 53,1% dos trabalhadores em educação têm entre 40 e 59 anos, idades bem próximas da aposentadoria. As faixas de 25 a 39 anos e de 18 a 24 anos correspondem, respectivamente, a 38,4% e 2,9%, o que demonstra a progressiva diminuição do ingresso de profissionais.



O quadro torna-se ainda mais preocupante ao se comparar o perfil etário da base pesquisada com o tempo de serviço declarado, de 12 a 18 anos, ficando a média em 15 anos para o conjunto dos entrevistados.

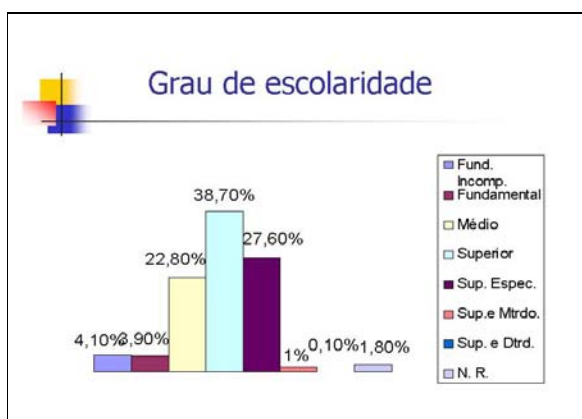
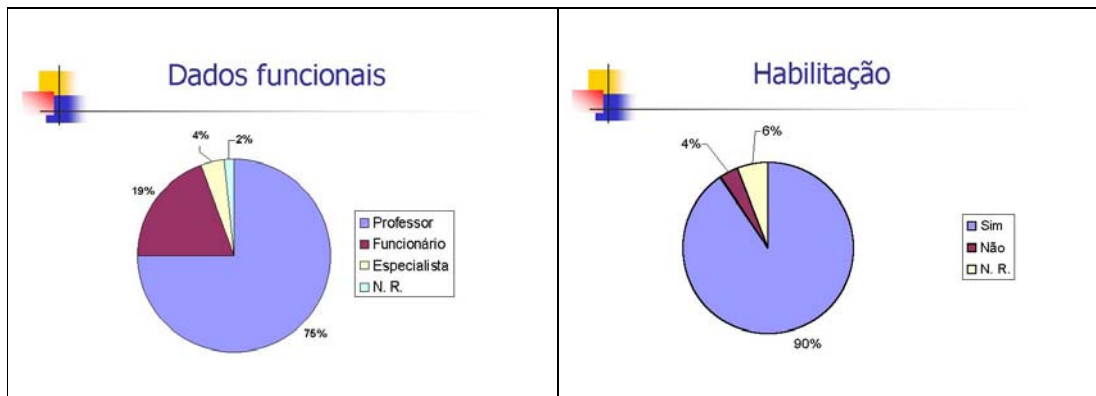


As mulheres, que se aposentam aos 25 anos, são a imensa maioria da base funcional, o que agrava ainda mais o problema.

Isso significa que, além da formação de novos profissionais estar aquém da que seria necessária

para manter o nível de atendimento atual, que, sabe-se, é muito inferior ao que seria ideal para proporcionar a toda a população uma educação pública, gratuita e de qualidade, a maioria dos entrevistados já está em "meio de carreira" e, portanto, candidatando-se à aposentadoria. As ameaças e a incerteza quanto a possíveis mudanças no regime previdenciário só fazem agravar a situação uma vez que estimulam muitos profissionais a tomar medidas defensivas e pedir aposentadoria proporcional a fim de assegurar seus direitos adquiridos.

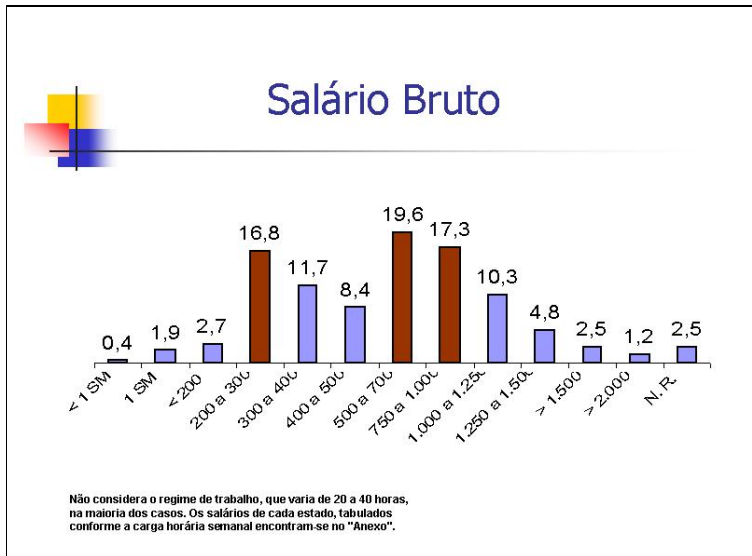
Ao se decompor esses dados quanto à qualificação e à função exercida pelos entrevistados, obtém-se ainda dois complicadores para o futuro da educação: a maioria dos entrevistados é formada por professores e, ao contrário do que poderia imaginar o público leigo, em sua maior parte são qualificados para o cargo que exercem.



A conclusão é: o Brasil está perdendo educadores, professores, em sua maioria, cujo esforço e tempo necessários para qualificação são maiores do que os despendidos para a formação de técnicos e funcionários de escolas. Cabe ressaltar que os funcionários de escola não têm políticas públicas para sua profissionalização, excetuadas algumas iniciativas de sindicatos filiados à CNTE, que conseguiram elaborar projetos especiais. A médio prazo, dez anos, aproximadamente,

o país começará a sofrer com a escassez de docentes, fato que já é visível em várias redes estaduais, especialmente nas áreas técnicas (matemática, química e física), cuja formação encontra em outras atividades da iniciativa privada remuneração superior à oferecida pelo poder público.

De fato, pode-se dizer que os baixos salários são uma das principais dificuldades para se atrair os jovens para a carreira, conforme mostram os números a seguir.



A média dos salários dos trabalhadores em educação situa-se na faixa de R\$ 500 a R\$ 700, muito pouco para assegurar condições de vida dignas para qualquer profissional, especialmente um cujas especificidades da sua atuação exigem dedicação exclusiva (a fim de se criar vínculos), tempo para formação, atualização e aperfeiçoamento (para que possa acompanhar a evolução técnica e científica), condições para consumo de bens culturais (de modo que seja capaz de ampliar sua visão de mundo e socializá-la com os alunos).

Pesquisa do Fundo das Nações Unidas para Educação e Cultura (Unesco) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, revelou que os trabalhadores em educação do Brasil têm um dos piores salários entre 32 países de economia equivalente, o que prova que a situação de penúria dos educadores não é um problema, para usar palavras simples, de "pobreza da nossa economia", mas da falta de políticas públicas que insiram a educação como uma prioridade dentro de um projeto nacional global, acima de governos e além de mandatos.

Brasil x Exterior - 1997

Salários médios anuais (em US\$)

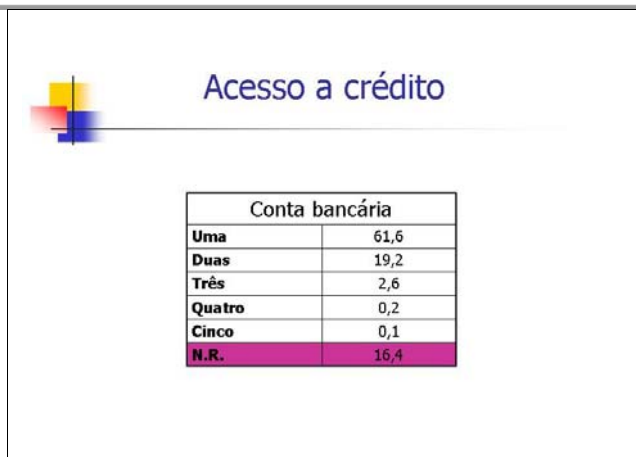
País	Início de carreira	15 anos de carreira	Topo da carreira
Chile	12.711	15.233	21.237
Jordânia	7.326	11.594	26.917
Filipinas	8.210	8.382	12.408
Argentina	6.759	9.442	11.206
Malásia	6.550	10.876	15.554
Tailândia	6.412	15.759	42.867
Uruguai	6.225	7.458	13.340
Brasil	4.732	6.451	15.522
Indonésia	2.768	3.992	8.321

Fonte: Unesco-OCDE, 1997

A tabela completa encontra-se no arquivo "pesquisaunescoocde" , no CD

O levantamento da Unesco-OCDE considerou os salários médios anuais, em dólares, do ano de 1997, convertidos pela cotação média do ano. De fato, o salário anual do professor brasileiro, com 15 anos de profissão, avaliado em US\$ 6.450, antes da maxidesvalorização, coincide com os valores apontados hoje pela pesquisa da CNTE. O que evidencia que, de 1997 para cá, praticamente não houve avanços salariais na categoria. Em valores de hoje, o salário anual do educador é de US\$ 2.117, considerando uma média de R\$ 600 (o meio-termo da faixa média indicada na tabela) e um dólar a R\$ 3,4. Essa cifra põe o Brasil abaixo da posição onde se encontrava a Indonésia na época da pesquisa.

A imensa diversidade salarial dos trabalhadores em educação, remunerados com base com 20, 25, 40 horas, a valores diferentes, com adicionais diversos e em percentuais variados, sob regimes estaduais, municipais ou mesmo federais, dificulta um cálculo preciso da remuneração da categoria. Alguns indicadores da vida bancária, porém, ajudam a ter uma visão mais clara do quadro, conforme se pode observar pelo grande número de profissionais que não responderam às perguntas sobre cheque especial (57,4%) e cartão de crédito (66,8%). Quanto à conta bancária, mais de 60% declararam ter, ao menos, uma, provavelmente, trata-se de uma conta-salário. Neste quesito também não havia a opção "Não possui", o que explica, pelo menos em parte, porque tantos não responderam às perguntas sobre cheque especial e cartão de crédito.



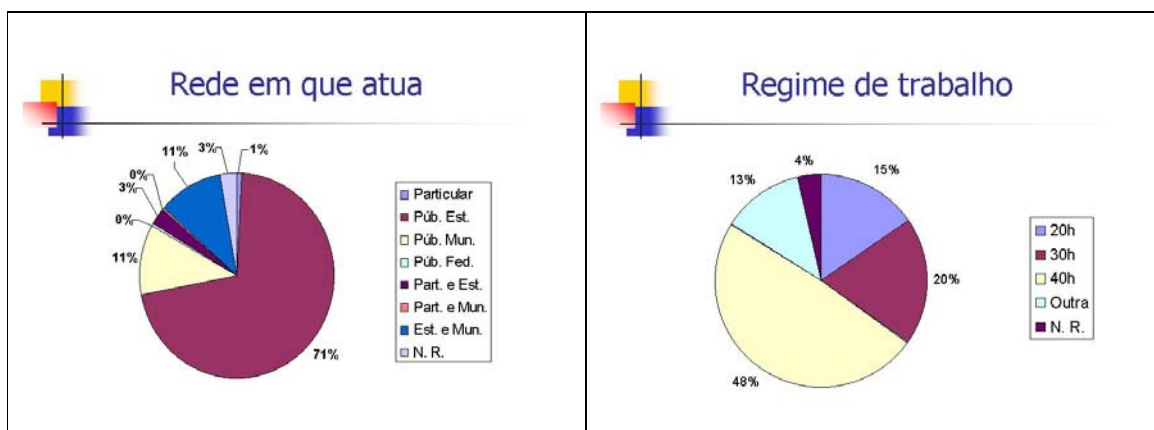
A principal conseqüência dos baixos salários é a queda na qualidade da educação. A atividade docente exige tempo fora de sala de aula para preparação do conteúdo, correção de provas, elaboração de atividades relacionadas ao projeto político-pedagógico entre outras. A velocidade das transformações políticas, sociais e tecnológicas do mundo moderno, cada vez mais complexo, exige que o professor faça cursos de atualização e de aperfeiçoamento, que aprenda novas tecnologias, como o uso do computador, do videocassete, do DVD e demais equipamentos didáticos.

Adicionalmente, é necessário se informar sobre o que acontece no mundo e não apenas na área acadêmica, mas em todos os campos do conhecimento com os quais os alunos possam ter contato. Isso para não falar na vida pessoal e no repouso indispensável a todos. Esse tempo, no entanto, é prejudicado pela necessidade de se realizar trabalhos extras a fim de complementar a renda. Dos entrevistados pelo levantamento da CNTE, 16,5% disseram exercer outro trabalho remunerado.

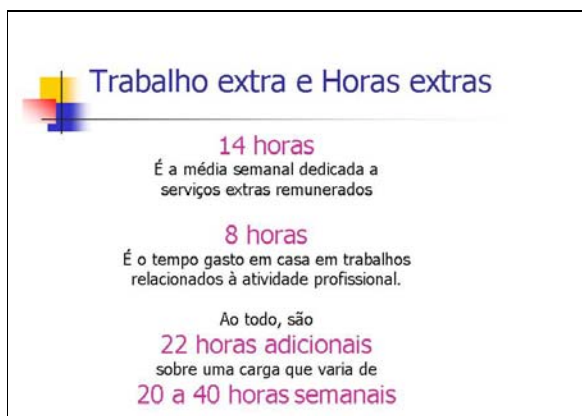


O grande percentual de pessoas que não responderam, provavelmente, deve-se ao fato de que o questionário não incluía a opção "Não exerce outro trabalho", o que levou os que estão nessa situação a optar por deixar a pergunta em branco. O percentual relativamente pequeno de pessoas que declararam exercer uma segunda atividade regular remunerada explica-se pela grande quantidade de pessoas provenientes das redes públicas, onde quase a metade dos

entrevistados é contratada por 40 horas semanais, o que inviabiliza um segundo emprego e torna o salário, comparativamente, ainda mais baixo.

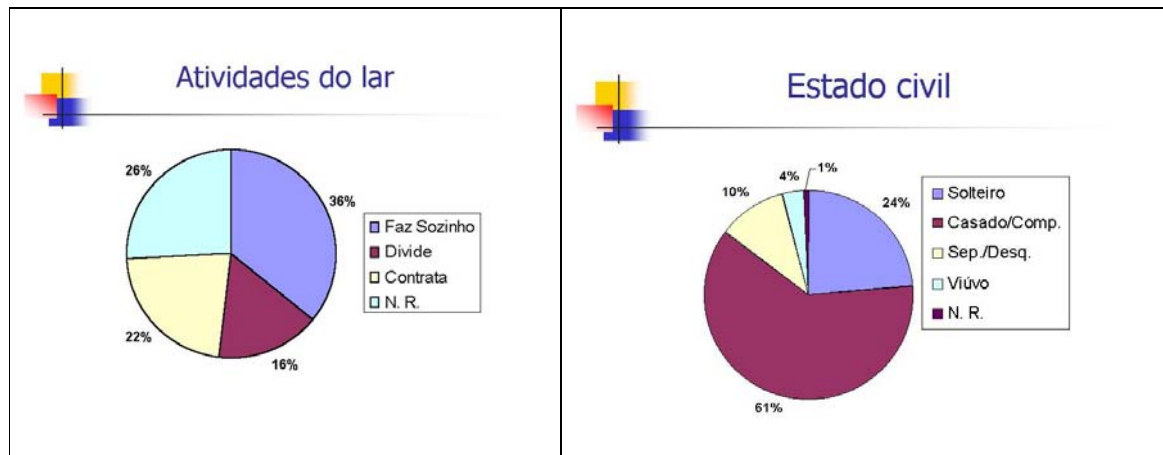


Curiosamente, porém, uma parcela significativa dos entrevistados declarou exercer trabalho extra, não doméstico, o que permite concluir que a dupla jornada, regular ou eventual, é um expediente comum que toma tempo das demais atividades pedagógicas, culturais e de lazer.



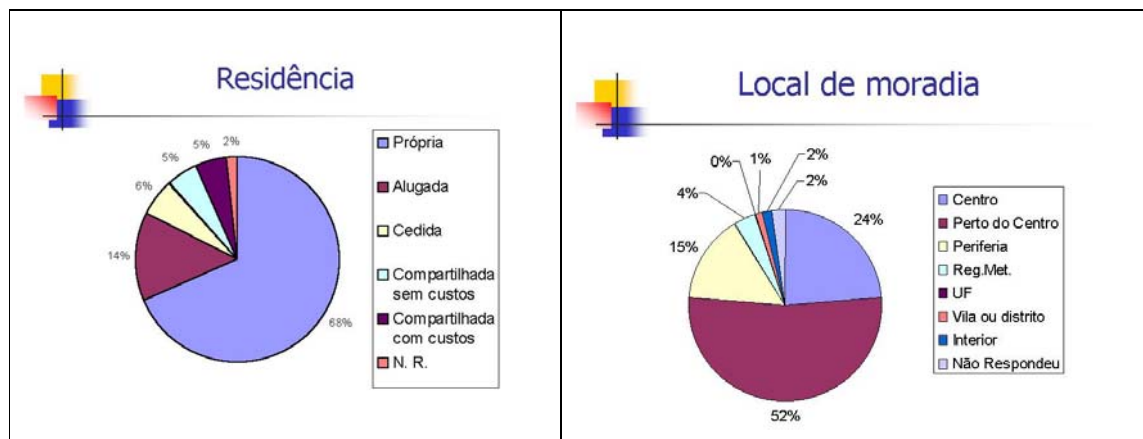
O trabalho em casa, relacionado à atividade docente, toma por si só, toda uma jornada integral de trabalho, evidenciando a grande sobrecarga dos trabalhadores em educação, submetidos à dupla jornada, mesmo quando têm apenas um emprego, como é o caso da maioria dos entrevistados, e, ainda mais grave, de carga horária semanal de 40 horas.

Os baixos salários também prejudicam a categoria no que diz respeito à administração doméstica. Enquanto outros profissionais mais bem remunerados encontram tempo livre para o trabalho e o lazer por meio da contratação de mão-de-obra doméstica, os trabalhadores em educação não têm condições de fazer o mesmo, o que obriga boa parte deles a executar sozinho as atividades de manutenção e administração do lar ou a dividi-las com o companheiro.




Com efeito, a observação empírica sugere que as condições de existência do educador só não são mais graves graças à estrutura familiar brasileira e ao fato de que a maioria dos profissionais é casada ou vive com companheiros, o que permite, à boa parte da categoria, que, é importante lembrar, já se encontra na faixa etária de 40 a 59 anos, ter um imóvel próprio e morar em um bairro central ou próximo ao Centro.

Não foi investigada, porém, se a aquisição da casa própria é recente ou não, o que seria mais um indicador da dificuldade de os novos profissionais adquirirem um imóvel próprio, o que comprovaria a degradação dos salários nos últimos anos.



A questão do tempo tem implicações inesperadas no que diz respeito à qualidade do ensino e ao grau de proficiência dos alunos. A pesquisa Retrato da Escola 2, realizada pela CNTE, em 2001, revelou, por exemplo, que professores que têm tempo suficiente para cultivar o hábito da leitura obtêm melhores rendimentos. O mesmo vale tanto para a leitura específica, quanto para a "genérica", de jornais, livros, revistas e, inclusive, histórias em quadrinhos, que permitem ao mesmo conhecer o universo dos alunos, se aproximar deles e falar a mesma língua, usando, vez por outras, exemplos desse universo como paradigma para as aulas.

 **Leitura e qualidade de ensino**

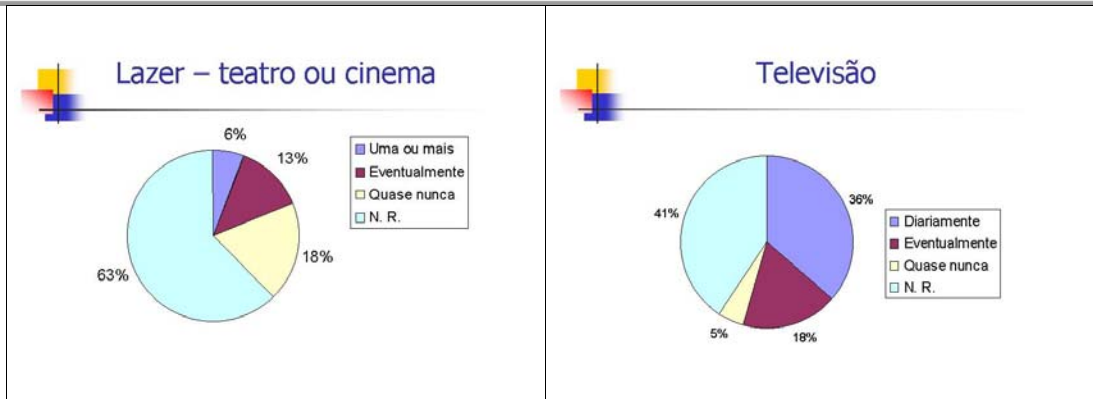
Proficiência dos alunos cujos professores lêem HQs

Redes	Professor	Baixa	Média-baixa	Média	Média-Alta	Alta
Pública	...Lê	21,7	21,0	21,2	20,8	15,2
	...Não lê	24,3	22,4	21,9	18,9	12,6
Particular	...Lê	5,2	8,3	14,1	22,5	50,0
	...Não lê	6,0	7,6	13,6	26,9	45,9

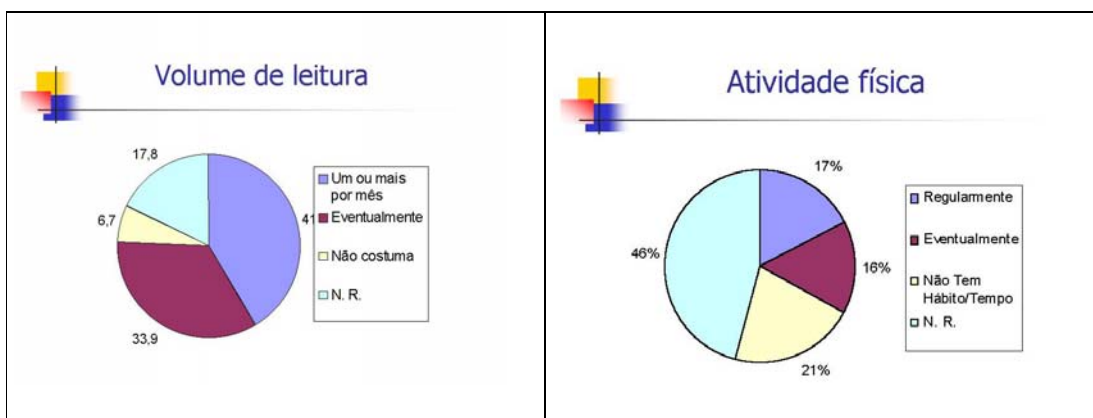
Fonte: CNTE, Retrato da Escola 2, página 48

Os dados se referem a alunos do 4º ano do Ensino Fundamental, mas o mesmo fenômeno é observado em todas as séries, o que mostra a importância de haver tempo livre para apreensão de conhecimento e de vivência de outras fontes para a qualidade da educação. Evidentemente, a falta de tempo e os baixos salários prejudicam essas atividades. O acesso a atividades culturais, por exemplo, praticamente inexistente no âmbito dos trabalhadores em educação, restando somente a TV como opção de lazer.

Quanto à frequência com que o educador vai a teatro ou cinema, surpreende o altíssimo percentual de pessoas que não responderam, apesar de haver a opção "Quase nunca". Uma vez que esta questão também não incluía a opção "nunca", é lícito supor que a maioria da categoria nunca vai ao teatro ou cinema.

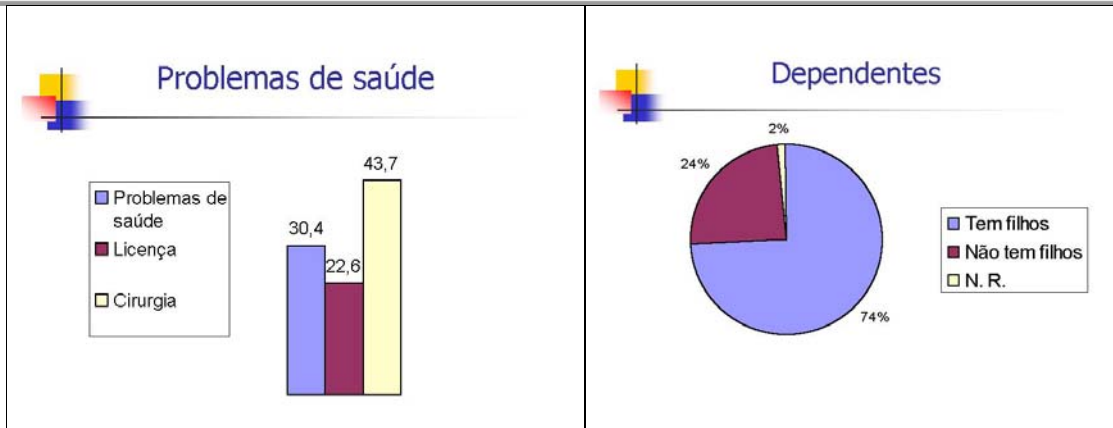


A leitura, no entanto, é um hábito cultivado pela maioria. É considerada indispensável ao trabalho, quase uma obrigação, por isso está em outro nível de atividade não se comparando com o lazer.



O mesmo não se pode dizer em relação a atividades físicas essenciais para a preservação da saúde, especialmente de trabalhadores sob contínuo estresse (turmas superlotadas, excesso de aulas) e cujo trabalho exige condicionamento físico (carga horária puxada com uso intenso da voz, das mãos e excesso de horas em pé).

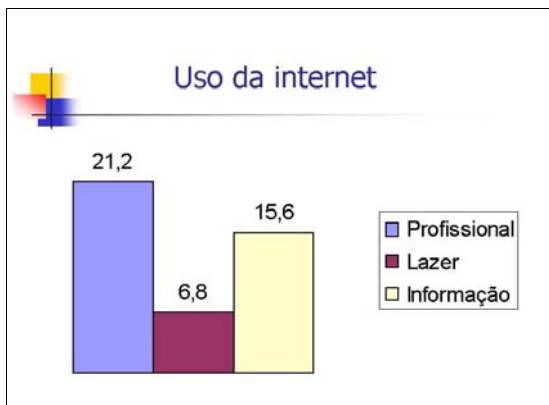
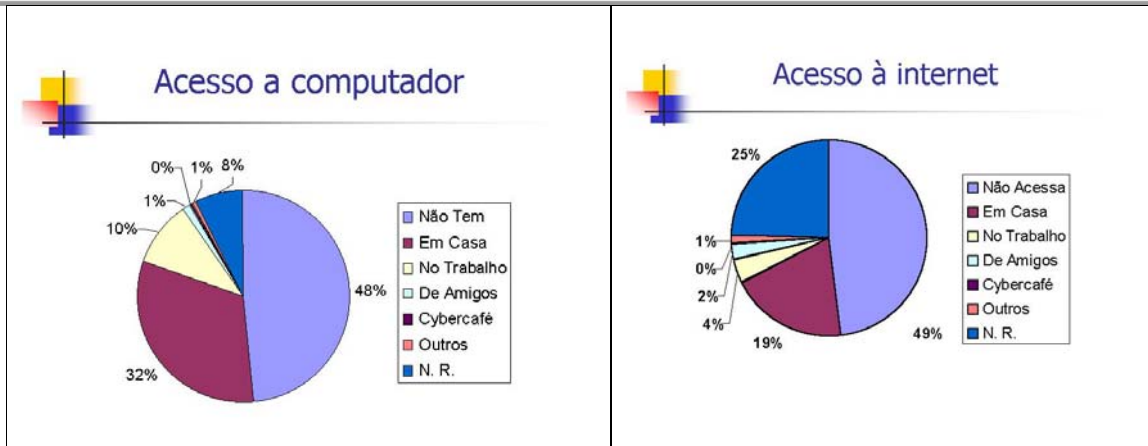
Os reflexos sobre a saúde são previsíveis. Conforme os dados da tabela abaixo.



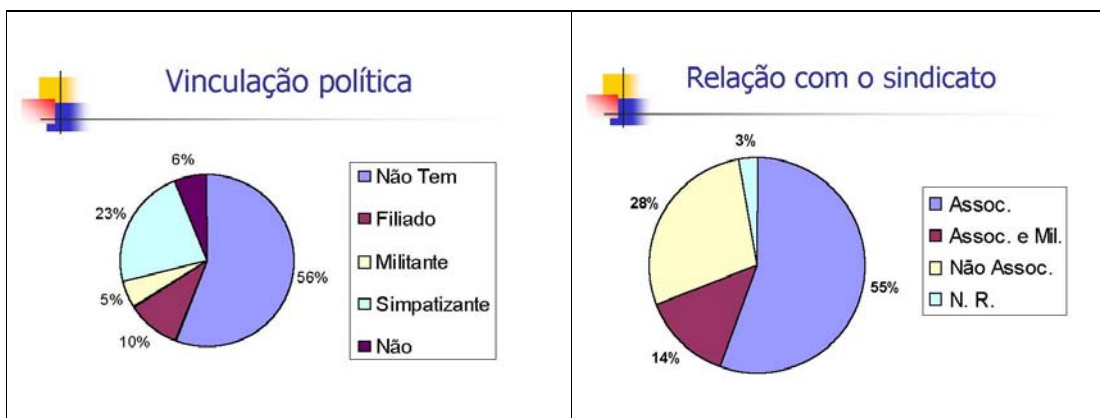
É importante ressaltar ainda que os problemas de saúde e necessidade de afastamento são fortemente influenciados pelo fato de a categoria ter 83% de mulheres com o conseqüente reflexo decorrente de gravidez e das condições de saúde especificamente femininas.



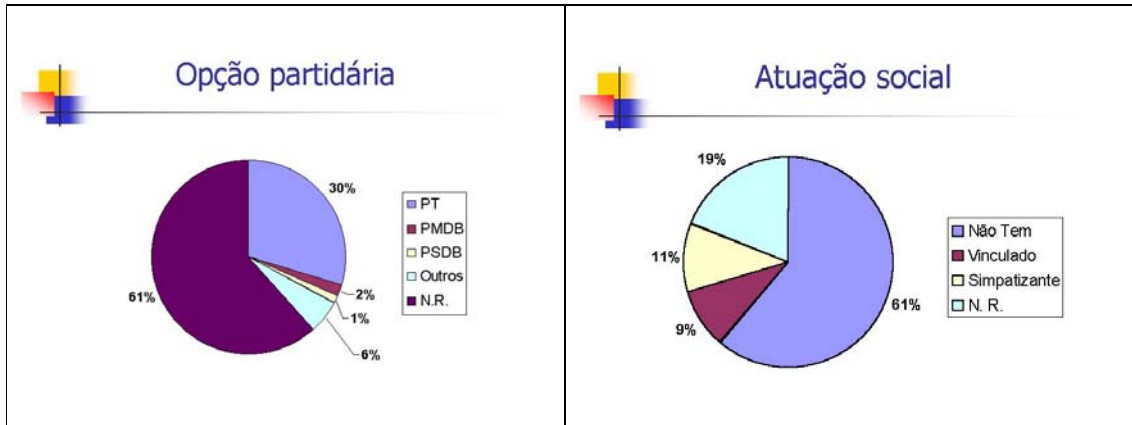
O uso do computador, assim como o acesso à cultura, é bem mais limitado entre os trabalhadores em educação do que seria desejável. Dos entrevistados, 48,3% disseram não têm qualquer acesso a computadores. Dos que têm, em casa, no trabalho, ou de Cybercafés, por exemplo, 25,8% fazem uso exclusivamente profissional da máquina. O acesso à Internet também é limitado: 48,2% não a acessam, enquanto 36,8% navegam pela rede com objetivos profissionais ou em busca de informações específicas.



É digno de nota o altíssimo índice de entrevistados que não responderam a essas questões. Postas independentemente uma das outras, as abstenções foram, pela ordem, de 78,8%, 93,2% 84,4% e 98,1%. Nesses quesitos, também não havia a opção "Não acesso".



Politicamente, os trabalhadores em educação são uma categoria engajada. Mais da metade são filiados ao respectivo sindicato e mais de 20% disseram ser simpatizante de algum partido político. O PT lidera a preferência, com quase 30% de vinculação (filiada ou simpatizante). O índice de filiação sindical, entre os entrevistados, é superior a 50% em todos os estados englobados pela pesquisa, exceto em Minas Gerais. Curiosamente, o engajamento em movimentos sociais é pequeno, o que pode ter como uma das causas o pouco tempo disponível.



Base da categoria

Sinteal-AL	45.000
Sindiupes-ES	50.000
Sintego-GO	62.503
Sind-UTE-MG	220.000
Sintep-MT	40.000
Sinte-PI	40.140
APP-PR	80.000
Sinte-RN	42.000
Cpers-RS	120.000
Sintet-TO	37.527
Total	737.170

Índice das Tabelas

Tabela 1 - Sexo
Tabela 2 - Idade
Tabela 3 - Estado Civil
Tabela 4 - Dependentes
Tabela 5 - Moradia
Tabela 6 - Localização da Residência
Tabela 7 - Nível de Escolaridade
Tabela 8 - Religiosidade e Especificação das Religiões
Tabela 9 - Vínculo com o Sindicato
Tabela 10 - Participação Político Partidária e Especificação do Vínculo Partidário
Tabela 11 - Participação em Movimentos Sociais
Tabela 12 - Situação Bancária
Tabela 13 - Acesso ao Cheque-Especial
Tabela 14 - Acesso ao Cartão de Crédito
Tabela 15 - Dados Funcionais
Tabela 16 - Habilitação para o Cargo ou Função
Tabela 17 - Rede de Ensino que Atua
Tabela 18 - Regime de Trabalho
Tabela 19 - Tempo de Serviço
Tabela 20 - Aposentadoria
Tabela 21 - Situação Financeira
Tabela 22 - Horas Semanais que Trabalham em Casa
Tabela 23 - Exerce Outro Emprego
Tabela 24 - Horas Semanais de Trabalho Adicional
Tabela 25 - Trabalho Doméstico

Tabela 26 – Problemas de Saúde
Tabela 27 – Hábitos de Leitura
Tabela 28 – Posse de Computador
Tabela 29 – Uso do Computador
Tabela 30 – Acesso a Internet
Tabela 31 – Principal Uso da Internet
Tabela 32 – Frequência que Assiste Televisão
Tabela 33 – Frequência que Vai a Cinema Teatro
Tabela 34 – Frequência que Realiza Atividade Física
Tabela 35 – Distribuição do Salário Bruto Segundo Regime de Trabalho por Estado
Tabela 36 – Distribuição das Horas Trabalhadas em Casa Segundo Regime de Trabalho

PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS:

1) OS DADOS PESSOAIS

Na caracterização dos pesquisados, observamos pela Tabela 1 (sexo) que em todos os estados onde a pesquisa foi aplicada a grande maioria dos questionários foram respondidos por mulheres. O estado que concentra o maior percentual de questionários respondidos por mulheres é o de Alagoas (89,7%) e o menor o estado do Mato Grosso (74,1% de mulheres e 23,3% de homens).

Em relação à idade, Tabela 2, há poucas respostas na faixa etária entre 18 e 24 anos e com 60 anos ou mais. Nos estados do Tocantins, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, as respostas quase que se dividem entre a faixa etária de 25 a 39 anos e de 40 a 59 anos. No Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí e Rio Grande do Sul, a maioria das respostas se concentra nos trabalhadores (as) com faixa etária entre 40 e 59 anos. Somente no Paraná, mais de 50% dos trabalhadores (as) pesquisados estão na faixa etária entre 25 a 39 anos.

Quanto ao estado civil, Tabela 3, a partir da base de questionários respondidos (4565 questionários) detecta-se que a maioria dos trabalhadores (as) pesquisados (as) é casado (a) ou têm companheiro (a). Solteiro (a) aparece logo em seguida, variando sua participação de 17,9%, no Paraná, até 32% no Rio Grande do Norte. Separado ou desquitado aparece em terceiro tendo no Paraná sua maior representatividade entre os trabalhadores (as) que responderam o questionário. Viúvos (as) também aparecem, mas, em nenhum estado chegaram aos 5%.

Na Tabela 4, observa-se que a presença de filhos como dependentes é significativa. Em estados como o Paraná e Mato Grosso, quase 80% dos entrevistados afirmaram terem filhos como dependentes, enquanto em Alagoas chega a 69%, a menor presença de dependentes entre os entrevistados.

Quanto à moradia, Tabela 5, é significativo o percentual de pesquisados que responderam que possuem moradia própria, variando de 78,8% dos pesquisados no Mato Grosso a 63,4% dos pesquisados no estado do Paraná. A moradia de aluguel foi a segunda resposta mais citada pelos pesquisados.

A Tabela 6, localização da residência, observa-se que grande parte dos pesquisados mora num bairro próximo ao centro da cidade onde residem. Centro e periferia também aparecem citados, com variações, dependendo do estado.

Quanto à escolaridade, Tabela 7, a grande maioria dos trabalhadores(as) que responderam o questionário tem nível superior, com ou em especialização. Somente no estado do Piauí é que esses dois itens não alcançam 50% dos pesquisados. Lá é muito grande o número de trabalhadores(as) pesquisados com ensino médio, 40%.

No aspecto religioso, Tabela 8, as respostas indicam que a maioria dos pesquisados tem uma religião e a pratica. Em todos os estados onde a pesquisa foi aplicada, a religião católica aparece como predominante, tanto entre quem pratica como para quem tem religião e não a pratica. As outras duas religiões que aparecem mais significativamente são a Protestante/Evangélica, que aparece significativamente entre os pesquisados no Tocantins, Goiás e Mato Grosso, e a Espírita, que aparece mais significativamente entre os entrevistados do Rio Grande do Sul, Alagoas e Minas Gerais.

A Tabela 9 mostra o vínculo dos entrevistados com o sindicato. Observa-se que somente em Minas Gerais o número de pesquisados não associados foi maior que os associados e militantes. Nos demais estados os pesquisados são em grande maioria filiados ao sindicato, sendo uma parte deles militante do movimento sindical. Nesse caso destaca-se o estado do Rio Grande do Norte onde 85% dos entrevistados são associados ao sindicato sendo que 13,1% militam no movimento sindical.

Na questão sobre a participação político e especificação do vínculo partidário, apresentada na Tabela 10, nota-se que a grande maioria dos pesquisados não tem participação político partidária. Inclusive, na maioria dos estados, os pesquisados se manifestaram mais como simpatizantes do que filiados e filiados e militante juntos.

Quando a participação é desagregada entre filiado, filiado e militante e simpatizante, o PT – Partido dos Trabalhadores, foi o mais citado pelos pesquisados.

Mesmo que no item anterior, sindicalização, tenha aparecido que grande parte dos pesquisados era filiada ao sindicato, quando se trata da questão partidária, essa participação diminui significativamente.

A Tabela 11 demonstra que o envolvimento dos entrevistados em movimentos sociais também é baixo. E um percentual elevado dos pesquisados não tem qualquer participação em movimentos sociais, sendo que a maior vinculação foi encontrada no Tocantins, onde 18,1% dos pesquisados responderam positivamente.

Quanto à situação bancária dos trabalhadores da Educação pesquisados, foram levantadas três questões. A primeira sobre quantas contas o pesquisado tem no banco (Tabela 12)

12). A Segunda diz respeito ao acesso ao cheque especial (Tabela 13) e a terceira (Tabela 14) se ele tem acesso ao cartão de crédito. Nas três questões não foram colocadas as alternativas, não tem ou nenhum. Assim, nos três casos a falta de resposta (não respondeu) é grande. Nas questões onde se pergunta quantas contas bancárias o pesquisado tem, a resposta de uma conta é grande mas, mesmo assim, a alternativa não respondeu é significativa. Nas outras duas questões, cheque especial e cartão de crédito, a alternativa “não respondeu” é a que mais aparece.

Tabela 1- Sexo

Sexo	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Masculino	16,9	14,7	12,9	20,5	10,3	22,5	15,6	18,3	17,3	13,3
Feminino	83,1	83,5	85,3	77,7	89,7	74,1	82,2	79,0	81,2	85,6
Não Respondeu		1,8	1,8	1,8		3,4	2,2	2,7	1,5	1,1

Fonte: Pesquisa CNTE
Base: 4.565 questionários

Tabela 2 – Idade

Faixa Etária	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
18 a 24 anos	4,8	2,2	1,0	1,8	2,3	1,7	1,1	5,0	4,7	2,9
25 a 39 anos	43,4	39,7	33,9	50,9	32,2	48,1	34,2	43,7	42,1	34,5
40 a 59 anos	47,0	51,0	57,7	46,4	57,5	45,4	58,2	44,2	48,3	57,9
60 anos ou mais		3,4	3,4		4,6	1,7	1,5	2,3	1,7	1,8
Não Respondeu	4,8	3,6	3,9	0,9	3,4	3,1	5,1	4,8	3,2	2,9

Fonte: Pesquisa CNTE
Base: 4.565 questionários

Tabela 3 – Estado Civil

Estado Civil	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Solteiro	19,3	26,4	32,0	17,9	29,9	23,2	23,3	25,9	25,2	19,8
Casado/Companheiro	66,3	58,3	54,9	63,4	54,0	61,8	69,4	63,4	59,5	64,0
Separado/Desquitado	10,8	9,7	8,7	14,2	10,3	12,6	5,4	5,9	10,9	11,8
Viúvo	3,6	4,4	3,1	4,5	4,6	2,4	1,4	3,4	3,3	4,1
Não Respondeu		1,2	1,3		1,1		0,4	1,4	1,0	0,4

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 4 - Dependentes

Filhos	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tem filhos(as)	77,1	70,2	69,5	78,6	69,0	79,2	78,2	69,6	77,9	74,3
Não tem filhos(as)	16,9	28,0	28,1	20,5	31,0	19,4	20,4	28,6	21,2	24,3
Não Respondeu	6,0	1,8	2,4	0,9		1,4	1,4	1,8	0,9	1,4

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 5 - Moradia

Residência	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Própria	73,5	70,4	69,3	63,4	71,3	78,8	76,7	67,5	64,5	66,3
Alugada	15,7	13,9	10,2	23,2	12,6	13,0	9,8	14,9	14,3	14,1
Cedida	2,4	8,3	6,3	5,4	8,1	2,4	4,7	5,3	10,6	4,8
Compartilhada sem custos	3,6	3,6	6,8		1,1	1,0	3,6	6,6	5,1	6,0
Compartilhada com custos		2,4	5,8	4,5	6,9	4,1	2,2	4,1	4,4	7,1
Não Respondeu	4,8	1,4	1,6	3,6		0,7	2,9	1,6	1,2	1,8

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 6 – Localização da Residência

Localidade	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Centro	31,3	22,8	7,6	23,2	5,8	18,4	28,4	22,2	23,6	28,7
Bairro próximo ao centro	49,4	55,8	51,2	53,6	66,7	56,0	54,5	51,3	48,3	52,8
Periferia	12,1	8,7	27,3	17,0	21,8	22,9	12,0	11,4	22,4	10,4
Região Metropolitana	1,2	8,3	11,0	1,8	1,1		1,5	9,8	1,2	1,8
Unidade da Federação							0,4			0,1
Sede de vila ou distrito		0,8				0,3		0,5	0,1	2,0
Interior		1,8			1,1	1,0		0,7	2,5	2,7
Não Respondeu	6,0	1,8	2,9	4,5	3,4	1,4	3,3	4,1	1,9	1,5

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 7 – Nível de escolaridade

Grau de Escolaridade	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Fundamental Incompleto		1,6	1,0	7,1	1,1	1,4	8,0	8,2	6,8	3,3
Fundamental		3,4	1,0	0,9	2,3	1,4	4,4	2,1	4,9	5,7
Ensino Médio	27,7	27,4	14,4	12,5	25,3	18,1	40,0	16,5	36,1	18,0
Superior	45,8	25,6	69,3	12,5	47,2	36,2	32,4	31,1	23,9	46,0
Superior Especialização	26,5	37,7	11,8	67,0	24,1	40,2	11,6	37,5	24,2	25,0
Superior e Mestrado		0,8	0,8			1,4	0,4	1,8	1,0	1,1
Superior e Doutorado		0,2							0,1	0,1
Não Respondeu		3,2	1,6			1,4	3,3	2,7	2,9	0,9

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

 Excluído: ¶
¶

Tabela 8 – Religiosidade e Especificação das Religiões

Religião	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não Tem	9,6	6,3	5,5	3,6	6,9	5,1	1,8	2,5	3,6	3,6
Tem e Pratica	67,5	72,6	69,0	81,3	59,8	75,1	77,1	76,9	70,2	63,8
<i>Católica</i>	48,2	50,4	53,3	72,3	48,3	53,9	69,4	63,4	48,8	48,3
<i>Protestante/Evangélica</i>	15,7	12,3	11,0	6,3	4,6	17,7	6,6	7,3	16,0	6,6
<i>Espírita/Kardecista</i>		0,6	1,6	0,9	5,7	1,7	0,7	5,0	3,8	6,2
<i>Candomblé/Umbanda</i>		0,2				0,3				0,3
<i>Outras</i>	1,2	7,5	1,0	1,8	1,1	0,7	0,4	0,5	0,3	1,4
<i>Não Respondeu</i>	2,4	1,6	2,1			0,7		0,7	1,3	1,0
Tem e Não Pratica	22,9	15,3	20,5	14,3	32,2	19,5	19,6	15,3	24,0	26,1
<i>Católica</i>	16,9	11,9	18,6	12,5	29,9	16,4	17,1	13,9	17,5	21,3
<i>Protestante/Evangélica</i>	2,4	1,4	0,5	0,9	1,1	0,7	0,7	0,5	4,2	1,6
<i>Espírita/Kardecista</i>		0,4	0,8		1,1	0,3		0,5	1,0	1,2
<i>Candomblé/Umbanda</i>	1,2									0,1
<i>Outras</i>		0,4				0,3	0,7		0,3	0,3
<i>Não Respondeu</i>	2,4	1,2	0,5	0,9		1,7	1,1	0,5	1,0	1,6
Não Respondeu		5,8	5,0	0,9	1,1	0,3	1,5	5,3	2,2	6,5

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 9 – Vínculo com o Sindicato

Relação com o Sindicato	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Associado	49,4	60,9	71,9	58,9	55,2	46,4	69,8	33,9	43,2	60,3
Associado e Militante	19,3	14,1	13,1	10,7	24,1	20,8	12,7	6,9	12,2	14,2
Não Associado	31,3	22,0	12,9	29,5	19,5	30,7	16,0	54,4	39,9	23,2
Não Respondeu		3,0	2,1	0,9	1,1	2,0	1,5	4,8	4,7	2,3

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 10 – Participação Político Partidária e Especificação do Vínculo Partidário

Partido Político	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Não Tem	62,7	58,5	42,8	64,3	47,1	51,9	55,6	61,6	65,9	52,8
Filiado	13,3	9,3	10	13,4	6,9	18,4	16	9,4	8,3	9
PT	7,2	5	6,3	7,1	5,7	8,9	6,2	5	3,9	5,1
PSTU			0,8							0,1
PMDB		1,8	0,8			2,4	1,8	0,5	1	0,8
PPB		0,2						0,2	0,1	0,7
PSDB		0,4	0,3			2	1,1	0,9	1,2	0,1
PL	1,2	0,2				1		0,9	0,3	
PV		0,2	0,3			0,3				
PDT			0,5	2,7			0,4	0,2	0,3	1
PSB		0,2	0,3	0,9		1	0,7	0,2	0,1	0,5
PPS		0,2	0,3	0,9		1		0,2		
Outros	2,4	0,6	0,5	0,9	1,1	1,7	4,7	1,2	0,9	0,4
Não Respondeu	2,4	0,4		0,9			1,1		0,4	0,3
Filiado e Militante	7,2	6,2	5	4,5	5,7	6,8	1,5	3,2	4,4	6,5
PT	4,8	5	3,4	4,5	4,6	4,1	1,1	2,5	3,2	5,6
PSTU			1						0,1	0,1
PMDB	1,2					0,3		0,5	0,1	0,2
PPB		0,2								0,1
PSDB									0,3	0,1
PL						0,3				
PDT						0,3				0,1
PV		0,2							0,1	
PSB		0,2								0,2
PPS						0,3	0,4			
Outros	1,2	0,6	0,3		1,1	1,4		0,2	0,4	0,1
Não Respondeu			0,3						0,1	0,1
Simpatizante	10,8	20,2	39,1	15,2	37,9	19,5	18,5	19,2	15,9	24,6
PT	9,6	18,8	35,7	15,2	35,6	16	9,1	15,5	11,1	20,3
PSTU		0,2	1,3					0,2	0,1	0,1
PMDB		0,2	0,3		1,1	0,7	1,4	1,4	0,8	0,4
PPB									0,1	0,2
PSDB						1	0,4		1,2	0,2
PL									0,1	
PDT						0,3			0,1	0,5
PSB										0,1
PPS										0,1
Outros		0,8	1			0,7	6,5	1,4	1,6	0,6
Não Respondeu	1,2	0,2	0,8		1,1	0,7	1,1	0,7	0,8	2,1
Não Respondeu	6	5,8	3,1	2,7	2,3	3,4	8,4	6,6	5,5	7,1

Fonte: Pesquisa CNTE
Base: 4.565 questionários

Tabela 11 – Participação em Movimentos Sociais

Movimentos Sociais	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não Tem	55,4	60,9	60,4	65,2	56,3	55,3	65,1	70,7	63,5	59,6
Vinculado	18,1	8,8	7,6	17,0	11,5	12,3	10,2	8,2	9,2	7,5
Simpatizante	14,5	10,7	12,1	8,0	10,3	14,3	7,6	8,9	8,0	11,7
Não Respondeu	12,0	19,6	19,9	9,8	21,8	18,1	17,1	12,1	19,4	21,2

Fonte: Pesquisa CNTE
Base: 4.565 questionários

Tabela 12 – Situação Bancária

Conta Bancária	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Uma Conta	85,6	59,3	46,5	63,4	60,9	67,2	39,6	66,6	58,1	67,1
Duas Contas	9,6	17,9	21,5	17,9	24,1	16,0	10,2	21,3	20,5	20,2
Três Contas	1,2	2,8	2,1	3,6		0,3	0,4	1,8	3,1	3,5
Quatro Contas	1,2							0,5	0,7	0,2
Cinco Contas										0,1
Não Respondeu	2,4	20,0	29,9	15,2	14,9	16,4	49,8	9,8	17,6	8,9

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 13 – Acesso ao Cheque-Especial

Cheque-Especial	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Um Cheque	36,1	36,1	26,2	41,1	32,2	36,2	12,4	36,8	20,4	51,8
Dois Cheques	1,2	3,2	2,1	8,0	6,9	2,4	0,7	4,1	3,6	6,9
Três Cheques		1,2	0,3		1,1			0,2	0,6	0,5
Quatro Cheques										0,1
Não Respondeu	62,7	59,5	71,4	50,9	59,8	61,4	86,9	58,8	75,4	40,7

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 14 – Acesso a Cartão de Crédito

Cartão de Crédito	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Um Cartão	27,7	23,6	19,9	26,8	24,1	30,0	15,3	23,8	25,9	17,0
Dois Cartões	1,2	10,3	16,0	8,9	18,4	5,8	7,3	7,8	8,1	5,4
Três Cartões	2,4	2,6	8,1	2,7	10,3	0,7		1,6	1,7	1,5
Quatro Cartões		0,4	3,4		6,9	0,3	0,4	0,5	0,6	0,6
Cinco Cartões		0,2	1,6				0,7		0,6	0,2
Seis Cartões			1,3						0,1	0,4
Oito Cartões										0,1
Nove Cartões										0,1
Não Respondeu	68,7	62,9	49,6	61,6	40,2	63,1	76,4	66,4	62,9	74,8

Fonte: Pesquisa

CNTE

Base: 4.565 questionários

II) DADOS FUNCIONAIS

Nas tabelas seguintes, apresentamos a análise dos resultados sobre os dados funcionais dos entrevistados, nos estados onde a pesquisa foi realizada. Na tabela 15, observa-se que em todos eles, a grande maioria dos entrevistados era composta por professores, principalmente nos estados de Tocantins, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Alagoas, sendo que a presença de funcionários e especialistas é pequena. Nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Piauí, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná, observa-se uma presença maior de funcionários entre os pesquisados, mas ainda bem inferior que os professores. Na Tabela 16, Habilitação para o Cargo ou Função, as respostas dos entrevistados apontam que quase todos têm a habilitação adequada para o exercício da função que desempenha na escola e que só uma pequena parte não possui a habilitação necessária ou não respondeu à pergunta.

Na Tabela 17, Rede de Ensino que Atua, a maioria dos pesquisados pertencem à rede pública estadual. A rede pública municipal aparece como a segunda mais citada e a estadual e municipal é a terceira mais citada.

Na Tabela 18, onde se questiona os 4565 trabalhadores da Educação sobre a carga horária semanal, há respostas muito diferentes de estado para estado. No Tocantins, Paraná, Alagoas, Piauí, Goiás e Rio Grande do Sul, os entrevistados apontaram que, em sua maioria, trabalham 40 horas semanais. No Rio Grande do Norte e Mato Grosso prevalece, entre os entrevistados, 30 horas semanais. No Espírito Santo, 30,6% responderam que têm uma carga horária de 20 horas semanais e outros 34,7% responderam que estão em outra situação. Em Minas Gerais, 30% dos entrevistados responderam que têm uma jornada semanal de 20 horas e outros 25,2% responderam que têm uma jornada de 30 horas semanais.

A Tabela 19 traz o resultado da pesquisa sobre a média de tempo de serviço dos entrevistados. E a média de tempo é elevada para todos os estados onde o questionário foi aplicado, variando de 12 anos no Tocantins e Goiás, até 18 anos no Rio Grande do Norte.

Na Tabela 20, as informações apresentadas referem-se a situação dos trabalhadores da Educação em relação a aposentadoria, e aos entrevistados se questiona se era aposentado ou não. Em todos os estados são poucos os entrevistados que se disseram aposentados, variando de 1,3% no Mato Grosso a 7,7% no Espírito Santo.

A situação financeira dos entrevistados, descrita pela Tabela 21, indica que a dispersão salarial é muito grande e de difícil análise já que deveria envolver jornada e trabalho em casa. Assim, para se ter um melhor parâmetro, foram feitos dois cruzamentos que estão nas Tabelas anexas. O primeiro, associa as informações de salário bruto com regime de trabalho (carga horária semanal) e o segundo, as informações das horas em que se trabalha em casa com regime de trabalho (carga horária semanal).

Tabela 15 – Dados Funcionais

Dados Funcionais	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Professor	90,4	91,5	90,3	67,0	82,8	78,5	72,7	72,5	63,6	71,4
Funcionário	7,2	1,0	1,0	24,1	4,6	17,7	19,6	21,5	32,8	24,1
Especialista	1,2	4,6	7,3	4,5	9,2	2,7	5,1	3,9	1,0	3,9
Não Respondeu	1,2	2,8	1,3	4,5	3,4	1,0	2,5	2,1	2,6	0,6

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 16 – Habilitação para o Cargo ou Função

Habilitação	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tem Habilitação	92,8	90,9	94,8	92,0	92,0	88,4	84,0	87,4	85,6	93,4
Não Tem Habilitação	1,2	3,6	0,7	1,8	3,4	4,1	7,3	4,6	4,9	3,0
Não Respondeu	6,0	5,4	4,5	6,3	4,6	7,5	8,7	8,0	9,5	3,6

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 17 – Rede de Ensino que Atua

Rede de Ensino	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Particular	3,6	0,8	1,0	1,8	2,3	0,3	0,4	0,7	0,6	0,4
Pública Estadual	60,2	57,5	52,2	85,7	48,3	60,8	78,9	66,6	65,8	83,7
Pública Municipal	12,1	22,8	15,0		23,0	25,3	6,9	16,2	17,3	1,7
Pública Federal	3,6	0,6						0,2	0,3	0,1
Particular e Estadual	1,2	1,8	2,1	6,3	2,3	1,7	3,3	3,2	2,6	3,5
Particular e Municipal		0,6	0,8		2,3			0,7		0,1
Estadual e Municipal	7,2	11,7	26,2	4,5	18,4	8,5	5,1	9,2	10,0	8,9
Não Respondeu	12,0	4,2	2,6	1,8	3,4	3,4	5,5	3,2	3,3	1,6

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 18 – Regime de Trabalho

Carga Horária Semanal	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
20 horas semanais	15,7	30,6	2,9	10,7	13,8	3,4	11,3	30,0	3,1	17,4
30 horas semanais	4,8	11,7	73,8	5,4	4,6	68,6	1,1	25,2	28,8	2,6
40 horas semanais	71,1	15,5	10,2	72,3	60,9	20,1	82,9	19,7	51,1	69,7
Outra Situação	6,0	34,7	9,4	8,0	18,4	6,1	3,3	14,9	14,1	8,8
Não Respondeu	2,4	7,5	3,7	3,6	2,3	1,7	1,5	10,3	2,9	1,5

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 19 – Tempo de Serviço

Tempo (anos) ¹	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Média	12	16	18	13	14	14	16	13	12	15

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

(1) Excluindo aqueles que não responderam

Tabela 20 - Aposentadoria

Aposentadoria	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sim	2,4	7,7	2,6	3,6	3,4	1,3	1,4	4,1	2,5	6,3
Não	65,1	66,1	68,2	75,0	71,3	57,7	73,5	64,1	65,5	42,0
Não Respondeu	32,5	26,2	29,1	21,4	25,3	41,0	25,1	31,8	32,0	51,7

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 21- Situação Financeira

Salário Bruto	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos que o Salário Mínimo		0,2		0,9			1,1		1,6	
Igual ao Salário Mínimo			0,3			1,0	8,0	2,3	5,4	0,7
Menos de R\$ 200,00	2,4	0,8		8,0	1,2	0,3	10,5	1,1	7,9	1,2
R\$ 200,00 a R\$ 300,00	15,7	15,9	15,7	13,4	10,3	6,5	25,8	12,1	20,5	18,0
R\$ 300,00 a R\$ 400,00	4,8	8,7	12,1	4,5	5,7	7,2	22,9	10,8	11,5	12,8
R\$ 400,00 a R\$ 500,00	12,0	11,9	12,9	0,9	8,0	6,5	17,1	14,4	9,5	3,7
R\$ 500,00 a R\$ 700,00	38,6	22,6	28,9	8,0	11,5	19,8	10,5	15,8	14,0	21,6
R\$ 750,00 a R\$ 1.000,00	7,2	16,1	16,8	27,7	33,3	33,8	1,8	17,2	10,8	19,1
R\$ 1.000,00 a R\$ 1.250,00	7,2	8,9	7,9	16,1	16,1	16,0	0,4	9,6	5,4	13,5
R\$ 1.250,00 a R\$ 1.500,00	4,8	4,2	3,1	13,4	9,2	5,8	0,4	6,9	5,2	4,3
Mais de R\$ 1.500,00	4,8	4,2	1,8	1,8	2,3	0,7		4,1	3,9	1,7
Mais de R\$ 2.000,00		2,4	0,3	1,8	1,2	0,7		3,7	1,6	0,7
Não Respondeu	2,4	4,0	0,3	3,6	1,2	1,7	1,5	2,1	2,8	2,7

Fonte: Pesquisa CNTE
Base: 4.565 questionários

III) TRABALHO, LAZER E SAÚDE.

Nesta seção analisaremos as informações acerca das questões relacionadas a situação de trabalho, lazer e saúde dos trabalhadores da Educação levantadas nos 4.565 questionários que foram aplicadas nos 10 estados pesquisados.

A Tabela 22, trouxe os dados dos entrevistados sobre quantas horas trabalham em casa, semanalmente. As respostas variam de 7 a 11 horas semanais sendo que é significativa a resposta de 8 horas semanais em casa, que aparece em 5 estados dos 10 que foram analisados.

Na tabela 23, as informações sobre quem exerce outro emprego, como na pergunta não há a alternativa “não tem outro emprego ou trabalho remunerado”, quase todos os entrevistados não responderam a questão, ou porque não tinham outro trabalho ou porque não queriam responder, o que não é possível avaliar.

Apesar de poucos entrevistados terem respondido que exercem outro emprego, a Tabela 24 demonstra quantas horas semanais são dedicadas a esse trabalho adicional. Pelas respostas, observa-se que a dedicação vai de 11 horas, em Alagoas, a não mais que 20 horas no estado do Rio Grande do Norte.

Também na Tabela 25, a pergunta poderia fornecer mais alternativas de resposta, justificando talvez o alto índice de não respondeu. O trabalho doméstico pode ser feito por outra pessoa que não o(a) companheiro (a) sem ser serviço contratado. Mas em todos os estados, com exceção de Alagoas, os entrevistados responderam, em sua maioria, que faz o serviço sozinho.

A Tabela 26 traz o resultado dos questionários sobre Problemas de Saúde, entretanto, como nesta questão também não foi colocada a alternativa não teve – problemas de saúde, licença médica, realização de cirurgia – quase todos os entrevistados não responderam as questões. Mesmo assim, daqueles que responderam o percentual de entrevistados que já tiveram problemas de saúde e que já fizeram alguma cirurgia, é significativo.

Um outro item importante que foi investigado refere-se a hábitos de leitura, Tabela 27, e muitos entrevistados responderam que lêem um ou mais livro por mês ou lêem de vez em quando. Poucos responderam que não costumam ler livros. Nessa questão vale a pena destacar que os servidores de setor de educação pesquisados, professores em sua grande maioria, têm o hábito de leitura, mesmo que de vez em quando, o que é um ponto fundamental para o exercício da profissão.

Item relacionado ao acesso dos servidores da Educação à tecnologia a Tabela 28, traz os resultados das questões relacionadas a posse e uso de computador. Verifica-se que parcela significativa dos pesquisados afirma que não tem, exceto nos estados do Paraná, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Dos que possuem e acessam, a maioria o fazem de sua casa e não do trabalho, como acontece em várias categorias, como bancários, por exemplo. Entre os pesquisados, o acesso ao computador no local de trabalho ainda é bem restrito.

Em seguida foi perguntado se o acesso é para uso profissional ou profissional e lazer. Como a maioria declarou que não tinham computador, o percentual de “não respondeu” é elevado (Tabela 29). Entre os que responderam, o que mais aparece é o uso profissional do computador. O que indica que para os trabalhadores da Educação o computador é uma ferramenta importante para o exercício da profissão.

Em relação ao acesso à Internet, Tabela 30, dos 4.565 trabalhadores da Educação entrevistados o percentual de quem não acessa a Internet é bem superior ao de quem usa o computador, dando a entender que muitos que usam o computador não acessam ainda a Internet, nem mesmo em casa, onde, segundo a Tabela anterior, é o local onde mais se usa o computador.

Quando perguntado aos pesquisados qual o principal uso da Internet que fazem, Tabela 31, como não há a alternativa do não uso, novamente “não respondeu” aparece em grande parte

das respostas. Entre os que acessam, os principais usos que aparecem são o profissional e busca de informações. O que indica que além do computador, a Internet também é utilizada no dia-a-dia do profissional da área de Educação, se ele tiver acesso a este bem.

Observa-se pelas respostas dos pesquisados, que o acesso ao computador, e principalmente à internet, ainda é muito restrito. Ambos são ferramentas importantes para o trabalho do professor/pesquisador, pois sem eles o preparo é mais difícil e demorado. A tecnologia tem a finalidade de facilitar o trabalho e a internet integra virtualmente Universidades/Centros de Pesquisa/Bibliotecas, entre outros. Atualmente o computador e o acesso à internet contribuem para a melhoria do trabalho do docente e viabilizar esse acesso é importante para a valorização do profissional, além de melhorar sua qualificação.

Outro item investigado nesta pesquisa relaciona-se ao tipo de lazer dos trabalhadores da Educação, neste sentido as Tabelas seguintes levantam questões relativas à televisão, teatro/cinema e esporte. Como aqui também não se prevêem a resposta "não assiste, não vai, não pratica", o percentual de questões não respondidas é muito alto. Na Tabela 32, o resultado da pesquisa indica que grande parte dos entrevistados assiste televisão todos os dias e muitos poucos responderam que quase nunca assistem. Em relação ao Teatro/cinema, Tabela 33, a maioria dos entrevistados não respondeu a questão, demonstrando, possivelmente, que não costumam ir a esses lugares. Quanto à atividade física, Tabela 34, o percentual de não respondeu também é alto. Dos que responderam, muitos dos entrevistados não tem hábito ou tempo para atividade física.

Essas respostas contribuem para confirmar que a TV é uma das formas mais baratas de lazer. Os professores e funcionários da educação, com a renda que possuem, dificilmente freqüentam cinema e, principalmente, teatro. Infelizmente o acesso a cultura em nosso país é muito restrito a camadas mais abastadas.

Tabela 22 – Horas semanais que trabalham em casa

Horas Semanais ¹	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Média	7	8	8	11	9	8	9	8	10	8

Fonte: Pesquisa CNTE
Base: 4.565 questionários
(1) Excluindo aqueles que não responderam

Tabela 23 – Exerce outro emprego

Outro emprego remunerado	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sim	9,6	15,7	19,4	12,5	17,2	14,7	14,5	21,3	17,6	15,6
Não Respondeu	90,4	84,3	80,6	87,5	82,8	85,3	85,5	78,7	82,4	84,4

Fonte: Pesquisa CNTE
Base: 4.565 questionários

Tabela 24 – Horas semanais de trabalho adicional

Horas Semanais ¹	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Média	14	15	20	14	11	16	15	15	13	13

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

(1) Excluindo aqueles que não responderam

Tabela 25 – Trabalho Doméstico

Atividades Domésticas	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Faz Sozinho	34,9	39,3	33,3	33,9	24,1	36,5	30,5	30,7	38,3	36,8
Divide com o Companheiro	20,5	11,7	15,0	12,5	4,6	20,5	17,5	15,1	12,7	19,2
Contrata Serviços Domésticos	22,9	25,0	18,4	28,6	29,9	23,9	16,0	24,7	20,8	22,6
Não Respondeu	21,7	24,0	33,3	25,0	41,4	19,1	36,0	29,5	28,2	21,4

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 26 – Problemas de saúde

Problemas de Saúde	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teve	42,2	34,7	35,4	36,6	35,6	31,7	33,8	26,1	30,1	27,3
Não Respondeu	57,8	65,3	64,6	63,4	64,4	68,3	66,2	73,9	69,9	72,7

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Licença	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teve	14,5	24,8	26,2	20,5	23,0	20,1	13,1	23,1	15,3	26,5
Não Respondeu	85,5	75,2	73,8	79,5	77,0	79,9	86,9	76,9	84,7	73,5

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Cirurgia	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goias	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teve	49,4	38,9	42,5	45,5	48,3	43,0	48,0	39,4	42,6	45,6
Não Respondeu	50,6	61,1	57,5	54,5	51,7	57,0	52,0	60,6	57,4	54,4

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 27 – Hábitos de leitura

Leitura	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goias	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Lê um ou mais livros por mês	36,1	40,3	36,0	40,2	43,7	46,8	26,9	45,1	44,0	43,2
Lê de vez em quando	39,8	39,1	40,7	34,8	28,7	34,5	33,5	25,4	24,6	36,7
Não costuma ler livros	4,8	4,2	5,5	5,4	3,4	5,8	12,4	6,2	7,6	7,0
Não Respondeu	19,3	16,3	17,8	19,6	24,1	13,0	27,3	23,3	23,9	13,1

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 28 – Posse de Computador

Tem Computador?	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goias	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não Tem	66,3	51,2	53,5	33,0	43,7	59,4	69,8	41,9	55,3	40,1
Em Casa	10,8	38,1	28,1	48,2	34,5	18,4	9,5	41,2	17,8	40,1
No Trabalho	9,6	3,8	6,0	9,8	3,4	10,2	4,4	10,8	12,8	13,0
De Amigos	1,2	1,4	1,3	1,8	6,9	1,0	1,8	0,9	1,7	1,1
Cybercafé		0,2	0,3							
Outros		0,6	0,3	0,9	2,3	0,7		0,7	0,7	0,7
Não Respondeu	12,0	4,6	10,5	6,3	9,2	10,2	14,5	4,6	11,6	5,0

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 29 – Uso do Computador

Uso	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Profissional	19,3	27,6	19,2	36,6	31,0	20,5	5,5	35,7	20,7	29,8
Lazer		1,0	2,6	8,9	2,3	1,0	1,1	0,9	1,6	2,7
Profissional e Lazer	2,4	10,3	6,6	15,2	6,9	6,5	2,5	13,3	4,4	13,2
Outros		1,4	1,3	0,9	1,1	0,7	2,2	0,5	1,0	2,0
Não Respondeu	78,3	59,7	70,3	38,4	58,6	71,3	88,7	49,7	72,3	52,2

Fonte: Pesquisa CNTE
Base: 4.565 questionários

Tabela 30 – Acessa a Internet

Acessa	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não Acessa	51,8	48,0	39,6	32,1	26,4	50,2	55,6	47,4	56,3	47,5
Em Casa	7,2	23,2	18,4	29,5	26,4	10,6	4,4	24,9	10,8	24,2
No Trabalho	6,0	3,6	3,9	10,7	2,3	3,4	0,7	5,0	2,8	4,0
De Amigos	2,4	2,8	2,1	3,6	5,7	4,1	2,5	2,3	1,6	2,3
Cybercafé	1,2	0,2	0,5	0,9					0,3	0,4
Outros	1,2	1,4	1,3	0,9	2,3	1,0	0,4	1,8	1,0	1,4
Não Respondeu	30,1	20,8	34,1	22,3	36,8	30,7	36,4	18,5	27,2	20,2

Fonte: Pesquisa CNTE
Base: 4.565 questionários

Tabela 31 – Principal Uso da Internet

Profissional	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teve	13,3	23,6	17,8	42,9	25,3	15,7	5,5	29,7	13,8	24,4
Não Respondeu	86,7	76,4	82,2	57,1	74,7	84,3	94,5	70,3	86,2	75,6

Fonte: Pesquisa CNTE
Base: 4.565 questionários

Lazer	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teve	3,6	8,3	4,2	14,3	5,7	3,8	2,5	9,2	3,3	8,7
Não Respondeu	96,4	91,7	95,8	85,7	94,3	96,2	97,5	90,8	96,7	91,3

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Informação	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teve	19,3	19,4	17,3	25,0	25,3	10,6	10,9	19,9	11,6	14,9
Não Respondeu	80,7	80,6	82,7	75,0	74,7	89,4	89,1	80,1	88,4	85,1

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 32 – Frequência que Assiste Televisão

Assiste Televisão	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Todos os dias	43,4	44,0	54,3	38,4	56,3	33,1	50,9	26,8	31,7	31,4
De vez em quando	18,1	29,0	17,6	21,4	26,4	10,9	19,3	16,9	19,5	15,1
Quase nunca	4,8	7,0	5,2	9,8		1,0	5,1	3,7	4,7	5,4
Não Respondeu	33,7	20,0	22,8	30,4	17,2	54,9	24,7	52,6	44,1	48,1

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 33 – Frequência que Vai a Cinema/Teatro

Frequênta	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Uma ou mais vezes	2,4	6,7	7,9	15,2	12,6	3,1	2,2	9,6	5,8	4,6
De vez em quando	3,6	14,5	11,8	14,3	20,7	9,2	4,7	12,8	11,1	15,8
Quase nunca vai	8,4	25,4	24,9	23,2	25,3	14,0	16,0	15,8	19,5	16,2
Não Respondeu	85,5	53,4	55,4	47,3	41,4	73,7	77,1	61,8	63,6	63,4

Fonte: Pesquisa CNTE

Base: 4.565 questionários

Tabela 34 – Frequência que Realiza Atividade Física

Prática	Tocantins	Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Paraná	Alagoas	Mato Grosso	Piauí	Minas Gerais	Goiás	Rio Grande do Sul
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Regularmente	8,4	24,4	20,2	22,3	23,0	11,6	15,3	15,1	14,3	17,9
De vez em quando	13,3	16,7	18,9	21,4	25,3	14,0	16,0	12,4	12,5	16,0
Não Tem Hábito/Tempo	28,9	31,3	31,2	23,2	29,9	20,5	21,8	17,8	24,0	15,2
Não Respondeu	49,4	27,6	29,7	33,0	21,8	53,9	46,9	54,7	49,2	50,9

LEVANTAMENTO POR ESTADO

Tabelas, por estado, com cruzamento das do salário bruto com regime de trabalho (jornada) e das horas que trabalha em casa por regime de trabalho (jornada).

I) **Salário Bruto por Regime de Trabalho.**

Nas Tabelas que se seguem são apresentados os dados, por estado, do salário bruto por regime de trabalho. Esse cruzamento foi feito para permitir uma melhor observação do real rendimento dos pesquisados já que alguns têm rendimento parecido, mas jornadas diferentes. Na tabela que apresenta o resultado do estado de Tocantins, por exemplo, 25 trabalhadores(as) responderam que fazem 40 horas semanais e ganham entre R\$ 500,00 e R\$ 700,00. Há também 4 trabalhadores(as) que responderam que possuem o salário bruto na mesma faixa, entre R\$ 500 e R\$ 700, e trabalham 20 horas semanais. Salário parecido com jornadas diferentes.

Tabela 35 - Distribuição do salário bruto segundo regime de trabalho por estado

Estado de Tocantins					
Salário Bruto	Regime de trabalho				Total
	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	
	(em números absolutos)				
Menos de R\$ 200,00	1		1		2
R\$ 200,00 a R\$ 300,00	2		11		13
R\$ 300,00 a R\$ 400,00	4				4
R\$ 400,00 a R\$ 500,00	1	2	7		10
R\$ 500,00 a R\$ 700,00	4		25	2	31
R\$ 750,00 a R\$ 1.000,00		2	4		6
R\$ 1.000,00 a R\$ 1.250,00			5	1	6
R\$ 1.250,00 a R\$ 1.500,00			2	2	4
Mais de R\$ 1.500,00	1		3		4
Total	13	4	58	5	80

Fonte: Pesquisa CNTE

Estado do Espírito Santo					
	(em números absolutos)				
Salário Bruto	Regime de trabalho				Total
	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	
Menos que o Salário Mínimo	1				1
Menos de R\$ 200,00	1	1		2	4
R\$ 200,00 a R\$ 300,00	38	12	4	20	74
R\$ 300,00 a R\$ 400,00	22	4	3	12	41
R\$ 400,00 a R\$ 500,00	23	11	6	15	55
R\$ 500,00 a R\$ 700,00	26	9	23	44	102
R\$ 750,00 a R\$ 1.000,00	17	9	18	29	73
R\$ 1.000,00 a R\$ 1.250,00	9	6	8	19	42
R\$ 1.250,00 a R\$ 1.500,00	6		5	9	20
Mais de R\$ 1.500,00	3	5	2	11	21
Mais de R\$ 2.000,00	2		3	6	11
Total	148	57	72	167	444

Fonte: Pesquisa CNTE

Estado do Rio Grande do Norte					
	(em números absolutos)				
Salário Bruto	Regime de trabalho				Total
	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	
Igual ao Salário Mínimo			1		1
R\$ 200,00 a R\$ 300,00	3	47	7		57
R\$ 300,00 a R\$ 400,00	6	32	4	1	43
R\$ 400,00 a R\$ 500,00		41	6	1	48
R\$ 500,00 a R\$ 700,00	1	88	11	8	108
R\$ 750,00 a R\$ 1.000,00	1	40	5	14	60
R\$ 1.000,00 a R\$ 1.250,00		20	1	9	30
R\$ 1.250,00 a R\$ 1.500,00		8	2	2	12
Mais de R\$ 1.500,00		4	2	1	7
Total	11	280	39	36	366

Fonte: Pesquisa CNTE

Estado do Paraná					
	(em números absolutos)				
	Regime de trabalho				
Salário Bruto	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	Total
Menos que o Salário Mínimo		1			1
Menos de R\$ 200,00			9		9
R\$ 200,00 a R\$ 300,00	1	1	13		15
R\$ 300,00 a R\$ 400,00	1	1	3		5
R\$ 400,00 a R\$ 500,00	1				1
R\$ 500,00 a R\$ 700,00	3	1	3	1	8
R\$ 750,00 a R\$ 1.000,00	3	2	22	4	31
R\$ 1.000,00 a R\$ 1.250,00			16	2	18
R\$ 1.250,00 a R\$ 1.500,00	2		11	1	14
Mais de R\$ 1.500,00			1	1	2
Mais de R\$ 2.000,00			2		2
Total	11	6	80	9	106

Fonte: Pesquisa CNTE

Estado de Alagoas					
	(em números absolutos)				
	Regime de trabalho				
Salário Bruto	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	Total
Menos de R\$ 200,00	1				1
R\$ 200,00 a R\$ 300,00	5	1	2	1	9
R\$ 300,00 a R\$ 400,00	4	1			5
R\$ 400,00 a R\$ 500,00		1	3	2	6
R\$ 500,00 a R\$ 700,00	1		8	1	10
R\$ 750,00 a R\$ 1.000,00			24	4	28
R\$ 1.000,00 a R\$ 1.250,00			10	4	14
R\$ 1.250,00 a R\$ 1.500,00	1		5	2	8
Mais de R\$ 1.500,00			1	1	2
Mais de R\$ 2.000,00				1	1
Total	12	3	53	16	84

Fonte: Pesquisa CNTE

Estado do Mato Grosso					
	(em números absolutos)				
	Regime de trabalho				
Salário Bruto	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	Total
Igual ao Salário Mínimo		3			3
Menos de R\$ 200,00		1			1
R\$ 200,00 a R\$ 300,00	1	12	3	2	18
R\$ 300,00 a R\$ 400,00	1	17		2	20
R\$ 400,00 a R\$ 500,00	3	11	4		18
R\$ 500,00 a R\$ 700,00	2	49	7		58
R\$ 750,00 a R\$ 1.000,00	2	68	25	4	99
R\$ 1.000,00 a R\$ 1.250,00		25	14	7	46
R\$ 1.250,00 a R\$ 1.500,00	1	11	3	2	17
Mais de R\$ 1.500,00			2		2
Mais de R\$ 2.000,00			1	1	2
Total	10	197	59	18	284

Fonte: Pesquisa CNTE

Estado do Piauí					
	(em números absolutos)				
	Regime de trabalho				
Salário Bruto	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	Total
Menos que o Salário Mínimo			2		2
Igual ao Salário Mínimo	2		18	2	22
Menos de R\$ 200,00	9	1	19		29
R\$ 200,00 a R\$ 300,00	15	1	53	1	70
R\$ 300,00 a R\$ 400,00	1		62		63
R\$ 400,00 a R\$ 500,00			45	2	47
R\$ 500,00 a R\$ 700,00	2	1	22	2	27
R\$ 750,00 a R\$ 1.000,00			3	2	5
R\$ 1.000,00 a R\$ 1.250,00			1		1
R\$ 1.250,00 a R\$ 1.500,00			1		1
Total	29	3	226	9	267

Fonte: Pesquisa CNTE

Estado de Minas Gerais					
	(em números absolutos)				
Salário Bruto	Regime de trabalho				Total
	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	
Igual ao Salário Mínimo	1	8		1	10
Menos de R\$ 200,00		4		1	5
R\$ 200,00 a R\$ 300,00	18	17	5	8	48
R\$ 300,00 a R\$ 400,00	6	31	4	4	45
R\$ 400,00 a R\$ 500,00	23	23	3	6	55
R\$ 500,00 a R\$ 700,00	26	17	5	11	59
R\$ 750,00 a R\$ 1.000,00	31	6	21	11	69
R\$ 1.000,00 a R\$ 1.250,00	12	2	18	8	40
R\$ 1.250,00 a R\$ 1.500,00	4		13	5	22
Mais de R\$ 1.500,00	5		8	5	18
Mais de R\$ 2.000,00	3	1	7	5	16
Total	129	109	84	65	387

Fonte: Pesquisa CNTE

Estado de Goiás					
	(em números absolutos)				
Salário Bruto	Regime de trabalho				Total
	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	
Menos que o Salário Mínimo		6	5		11
Igual ao Salário Mínimo		16	20		36
Menos de R\$ 200,00		24	28		52
R\$ 200,00 a R\$ 300,00	7	57	67	7	138
R\$ 300,00 a R\$ 400,00	4	33	36	4	77
R\$ 400,00 a R\$ 500,00	3	16	44	2	65
R\$ 500,00 a R\$ 700,00		18	63	12	93
R\$ 750,00 a R\$ 1.000,00	3	11	45	14	73
R\$ 1.000,00 a R\$ 1.250,00	1	3	14	18	36
R\$ 1.250,00 a R\$ 1.500,00	2	6	8	20	36
Mais de R\$ 1.500,00		2	12	13	27
Mais de R\$ 2.000,00		1	5	5	11
Total	20	193	347	95	655

Fonte: Pesquisa CNTE

Estado do Rio Grande do Sul					
	(em números absolutos)				
Salário Bruto	Regime de trabalho				Total
	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	
Igual ao Salário Mínimo	5		7		12
Menos de R\$ 200,00	2	1	17		20
R\$ 200,00 a R\$ 300,00	100	13	174	18	305
R\$ 300,00 a R\$ 400,00	41	3	165	8	217
R\$ 400,00 a R\$ 500,00	20	2	38	4	64
R\$ 500,00 a R\$ 700,00	59	17	264	27	367
R\$ 750,00 a R\$ 1.000,00	33	4	256	30	323
R\$ 1.000,00 a R\$ 1.250,00	18	1	179	30	228
R\$ 1.250,00 a R\$ 1.500,00	10	2	44	16	72
Mais de R\$ 1.500,00	2	1	18	7	28
Mais de R\$ 2.000,00	2		7	2	11
Total	292	44	1169	142	1647

Fonte: Pesquisa CNTE

II) Horas de trabalho em casa por regime de trabalho

O cruzamento apresentado nas tabelas que se seguem, demonstram que, entre os pesquisados, as horas de trabalho em casa aumentam bastante a jornada de trabalho total. Pelo que se observa nas tabelas, entre os pesquisados é comum trabalhar de 1 a 10 horas semanais em casa, independente do regime de trabalho. Para aqueles que já praticam uma jornada de 40 horas, representa uma sobrecarga significativa.

Tabela 36 - distribuição das horas trabalhadas em casa segundo regime de trabalho por estado

Estado de Tocantins					
	(em números absolutos)				
Horas que trabalha em casa	Regime de trabalho				Total
	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	
De 1 a 10 horas semanais	3	3	31	2	39
De 11 a 20 horas semanais	2		2	1	5
De 21 a 30 horas semanais	1				1
Total	6	3	33	3	45

Fonte: Pesquisa CNTE

Estado do Espírito Santo					
					(em números absolutos)
Horas que trabalha em casa	Regime de trabalho				Total
	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	
De 1 a 10 horas semanais	83	30	43	104	260
De 11 a 20 horas semanais	15	5	6	18	44
De 21 a 30 horas semanais		1	2	2	5
De 41 a 50 horas semanais			1	1	2
Total	98	36	52	125	311

Fonte: Pesquisa CNTE

Estado do Rio Grande do Norte					
					(em números absolutos)
Horas que trabalha em casa	Regime de trabalho				Total
	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	
De 1 a 10 horas semanais	6	144	15	24	189
De 11 a 20 horas semanais	4	38	4	6	52
De 21 a 30 horas semanais		3			3
Total	10	185	19	30	244

Fonte: Pesquisa CNTE

Estado do Paraná					
					(em números absolutos)
Horas que trabalha em casa	Regime de trabalho				Total
	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	
De 1 a 10 horas semanais	8	2	43	5	58
De 11 a 20 horas semanais			3	4	7
De 21 a 30 horas semanais			2		2
De 31 a 40 horas semanais		1	1		2
Mais de 50 horas semanais			2		2
Total	8	3	51	9	71

Fonte: Pesquisa CNTE

Estado de Alagoas				
(em números absolutos)				
Horas que trabalha em casa	Regime de trabalho			Total
	20 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	
De 1 a 10 horas semanais	9	20	8	37
De 11 a 20 horas semanais	1	6	3	10
De 21 a 30 horas semanais			1	1
De 31 a 40 horas semanais		1		1
Total	10	27	12	49

Fonte: Pesquisa CNTE

Estado do Mato Grosso					
(em números absolutos)					
Horas que trabalha em casa	Regime de trabalho				Total
	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	
De 1 a 10 horas semanais	7	90	33	12	142
De 11 a 20 horas semanais	1	17	4	1	23
De 21 a 30 horas semanais		6			6
Total	8	113	37	13	171

Fonte: Pesquisa CNTE

Estado do Piauí					
(em números absolutos)					
Horas que trabalha em casa	Regime de trabalho				Total
	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	
De 1 a 10 horas semanais	11	1	71	3	86
De 11 a 20 horas semanais	3		14	2	19
De 21 a 30 horas semanais			3		3
De 31 a 40 horas semanais			2		2
Mais de 50 horas semanais			1		1

Total	14	1	91	5	111
Fonte: Pesquisa CNTE					

Estado de Minas Gerais					
					(em números absolutos)
Regime de trabalho					
Horas que trabalha em casa	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	Total
De 1 a 10 horas semanais	77	24	44	35	180
De 11 a 20 horas semanais	15	3	9	6	33
De 21 a 30 horas semanais		2	2		4
De 41 a 50 horas semanais	1				1
Total	93	29	55	41	218
Fonte: Pesquisa CNTE					

Estado de Goiás					
					(em números absolutos)
Regime de trabalho					
Horas que trabalha em casa	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	Total
De 1 a 10 horas semanais	13	61	121	46	241
De 11 a 20 horas semanais	4	17	48	18	87
De 21 a 30 horas semanais		6	3	2	11
De 31 a 40 horas semanais			4		4
De 41 a 50 horas semanais			1	1	2
Total	17	84	177	67	345
Fonte: Pesquisa CNTE					

Estado do Rio Grande do Sul					
					(em números absolutos)
Regime de trabalho					
Horas que trabalha em casa	20 horas semanais	30 horas semanais	40 horas semanais	Outra situação	Total
De 1 a 10 horas semanais	165	27	474	96	762
De 11 a 20 horas semanais	35	3	99	18	155
De 21 a 30 horas semanais	2		10	2	14



De 31 a 40 horas semanais	1	13	1	15
De 41 a 50 horas semanais		1		1
Mais de 50 horas semanais		1		1
Total	203	30	598	117
Fonte: Pesquisa CNTE				



Setor de Diversões Sul - Ed. Venâncio III - Salas 101/104 - Brasília-DF
 Fones: 55 (61) 225-1003 - Fax: 55 (61) 225-2685
 CGC: 00579136/0001-06 - Registro Sindical no Mtb livro 2 Folha 124
 CEP: 70393-900 - Home Page: www.cnte.org.br -E-mail: cnte@cnte.org.br

